



Jornal A Crítica

Dimicro foi propaganda eleitoreira, diz empresário - 03
Dívida de R\$ 1 bilhão - 04

Jornal do Commercio

Coluna Frente&Perfil - 05
Coluna Frente&Perfil - 06
Coluna Follow-Up Empresarial: Brasil Amazônia: paradoxos e desafios - 07



PROJETO ABANDONADO

Dimicro foi propaganda eleitoreira, diz empresário

Micro e pequenos empreendedores afirmam que custos para se instalar no mini distrito inviabilizam o projeto

LARISSA CAVALCANTE

politica@acratica.com

Micro e pequenos empresários ouvidos por A CRÍTICA afirmaram que já perderam a esperança em relação ao Micro Distrito Industrial de Manaus (Dimicro). Argumentam que os altos custos previstos pela Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento (Semtrad) inviabilizam a instalação das micro e pequenas indústrias que prestam serviço ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Nenhuma empresa utiliza as instalações do Dimicro, no Ramal do Brasileirinho, que custou R\$ 10 milhões ao bolso contribuinte. A reportagem esteve no local no sábado e constatou que a estrutura está abandonada sem vigilância e serve de abrigo para carros abandonados, lixo e cachorros de rua.

Para o microempresário do ramo de componentes e serviços industriais, Sidney Gama, o valor estimado de R\$ 20 mil anual por empresa referente à gestão, conservação e segurança é um absurdo. "Sempre questionamos esses valores e por isso os microempreendedores decidiram se afastar. Esse modelo de administração é incompatível com as empresas. Eu não conheço um microempresário que disponha



Instalações que custaram R\$ 10 milhões estão abandonadas na zona Leste sem nunca ter abrigado nenhuma empresa

desse valor anual para pagar por uma concessão e administração. Acompanhamos o projeto desde que nasceu e tínhamos a expectativa de que as micro empresas iam se instalar no espaço, gerar emprego e renda", disse.

Gama disse que não vê disposição na administração munici-

pal em fazer o Dimicro entrar em operação. Ele salientou que o projeto em pleno funcionamento representaria benefícios para toda cidade. "As micro e pequenas empresas estariam juntas atendendo a demanda do povo e, sobretudo, atuando em cooperação fortalecendo os nego-

cios. Infelizmente, falta vontade da prefeitura", afirmou.

De acordo com o presidente do Centro de Apoio e Desenvolvimento aos Micros e Pequenos Empreendedores do Polo Industrial de Manaus (Cadempim), Arlindo Batista, a categoria realizou alterações e investimentos

Saiba mais

O Projeto de Lei (PL) que regulamenta o Dimicro está na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da CMM sob a relatoria do vereador Marcel Alexandre (MDB). O parlamentar informou que ainda não teve acesso ao PL. Após o parecer do relator, o projeto retorna à comissão para análise.

nas empresas para se adequar às condições da prefeitura. Ele afirmou que as microempresas nunca chegaram a se instalar nos galpões e a inauguração realizada em 2016 foi apenas propaganda eleitoreira. "Tínhamos esperança que o Dimicro se tornasse um polo de micro indústrias. Perdemos todo o dinheiro investido e o espaço virou sucatá", diz.

Para Batista, mesmo tramitando na Câmara Municipal de Manaus (CMM) o projeto de lei que regulamenta a utilização do espaço, a iniciativa não é voltada para os microempresários. "Ficou inviável para as micro empresas por conta das altas taxas e exigências. Da forma que o projeto está é de interesse e destinado às empresas de médio porte", finalizou.

Dimpe tem trajetória diferente

O Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas (Dimpe) é outra iniciativa de apoio aos pequenos negócios. Diferente do Dimicro, o projeto conseguiu sair do papel e dar bons resultados. O Dimpe foi inaugurado em 2008 pelo governo do Estado, em parceria com a Suframa, para fomentar o setor de micro e pequenos empreendedores do Amazonas.

O Dimpe está em pleno funcionamento no quilômetro 8, da Estrada do Tarumá. A empresa Pharmakos D'Amazônia e a Agá Móveis estão entre as empresas instaladas no distrito. "A legislação faz com que as micro e pequenas empresas não consigam se impulsionar por conta dos altos impostos cobrados e ficando inviável para o microempresário. As empresas alocadas no Dimpe estão conseguindo desenvolver seu trabalho e apesar de todas as dificuldades como em qualquer outra cidade", contou o proprietário da Agá Móveis, Abnaldo Sousa.

A Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti), informou, por meio de nota, que há pendências jurídicas com os concessionários instalados no Dimpe que estão sendo tratadas na esfera da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Sobre a partir do desembaraço dessas questões é que será definido um projeto de reestruturação desse distrito.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Dívida de R\$ 1 bilhão

Com a MP 810, empresas de informática da ZFM querem que o governo parcele dívida bilionária em P&D

ANTÔNIO PAULO

antonio.paulo@acratica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O Congresso Nacional instalou ontem a Comissão Especial Mista que vai analisar a Medida Provisória (MP 810/17), do governo federal, que permite às empresas do setor de informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) e do restante do país fazer o parcelamento dos débitos de aplicação em pesquisa e desenvolvimento (P&D) oriundos de "glosas" (cobrança devida por causa de projetos rejeitados) ou de insuficiência de investimentos.

O governo federal estima uma dívida acumulada de R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão somente das empresas de informática da ZFM. A MP 810 também autoriza o reinvestimento dos valores residuais atualizados:

O governo diz que o parcelamento e reinvestimento concedem oportunidade de as empresas refazerem seu planejamento conforme as condições previamente aprovadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Na justificativa da MP, o governo destaca que essas glosas (projetos rejeitados e não admitidos para efeitos de comprovação da obrigatoriedade de investimento em P&D) representaram, em 2012, 75,5% dos valores investidos pelas empresas que estão na Zona Franca de Manaus e 60% dos investimentos das empresas que estão no restante do território nacional. "Isso implica ne-



A MP permite às empresas do setor de informática da Zona Franca de Manaus (ZFM) a parcelar dívida e reinvestir valores

Divulgação / Positivo Informática

Saiba mais

>> Investimentos

No período de 2006 a 2015, o montante de investimentos anuais em P&D realizados pelas empresas incentivadas pela Lei de Informática Nacional experimentou uma contínua evolução, de cerca de R\$ 500 milhões, em 2006, para aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, em 2015.

Brasil", afirmam os ministros de Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio e o da Fazenda.

Um dos membros da Comissão Mista da MP 810, o deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) disse que a medida vem readequar, fazer o reinvestimento em P&D pelas empresas que fizeram errado ou deixaram investir por qualquer outro motivo. "As empresas que deixaram de cumprir o P&D vão ter a oportunidade de reinvestir esses valores. E as que estavam provisionando os recursos (retendo algum bem ou capital para cobrir a dívida ou honrar o compromisso com a União) vão poder usar para o novo investimento", declarou o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), que também faz parte da Comissão Especial Mista da MP 810/17, diz que era preciso destravar os investimentos das empresas que estavam impedidas de investir com benefício fiscal na ZFM e, função do passivo com P&D.

Em números

#

180 mil

Empregos diretos, dos quais 30 mil na Zona Franca de Manaus, foram gerados pelo setor de informática em todo o país em 2014; isso contribuiu com a estruturação de pelo menos 11 centros independentes de P&D.

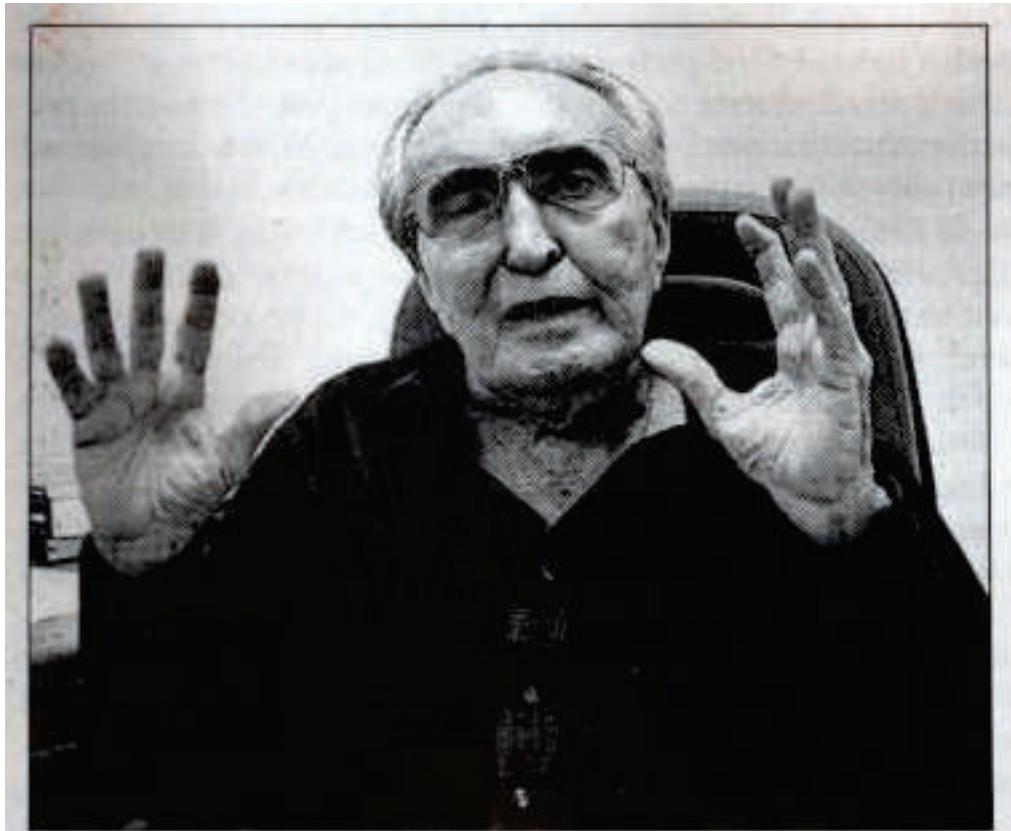
gativamente as decisões de investimentos, na geração e manutenção de empregos e na permanência dessas empresas no

Blog

Saleh Hamdeh Representante da Fieam/Ciem em Brasília

"As empresas sediadas na Zona Franca de Manaus, produtores de bens de informática, e os Institutos Científico, Tecnológico e de Inovação (ICTs), aguardam com bastante expectativas, a aprovação da Medida Provisória 810 de 2017, que além de vários dispositivos que trazem maior segurança jurídica, tem como principal benefício, a possibilidade de reaplicação dos valores glosados e não aplicados, criando com isso, a possibilidade de realentar

aproximadamente R\$ 1 bilhão, nos ambientes de Ciência, Tecnologias e de Inovação, sem que esses valores possam transitar por contas de governo, sujeitas ao confisco e aos contingenciamentos históricos. A medida reacende o debate sobre a necessidade de aportar esses recursos, em projetos com aderência às novas matrizes econômicas da região, criando com isso, votores para a diversificação socioeconômica do Estado do Amazonas".



Uma história relevante

Faleceu ontem em Manaus, de ataque cardíaco decorrente de uma pneumonia, o ex-senador **Leopoldo Péres Sobrinho**. Mais discreto que o irmão, Jefferson Péres, que teve grande destaque no Senado da República, ele foi, entretanto, muito mais atuante nos bastidores da política amazonense. Exerceu ainda os mandatos de vereador e deputado federal, ocupou vários cargos em nível estadual e comandou a Superintendência da Zona Franca de Manaus no governo do ex-presidente Fernando Collor de

Mello. Seu último cargo público, em carreira iniciada há mais de meio século, foi o de controlador do Estado. Desaparecido aos 88 anos, atuou ainda como notário, era advogado e geógrafo. Afável, mas duro quando necessário, colecionou mais amigos e pouquíssimos adversários. Sua partida ocorreu da mesma forma discreta como viveu. Estava internado em um hospital particular da cidade, cercado pela esposa, filhos e netos. O velório começa hoje, já que a família optou por aguardar quem mora em outros Estados.

CORREÇÃO

A Suframa informou que o convênio para implantar agroindústria de fécula de mandioca em Manacapuru teve sua vigência encerrada em 12 de agosto de 2015 em razão da não execução dos projetos, da impugnação de despesas e da não consecução dos objetivos pactuados. O fato determinou a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração de eventual dano ao erário por parte do Tribunal de Contas da União. O valor global dos recursos era da ordem de R\$ 1.705.000,00, sendo R\$ 1.550.000,00 a co-participação financeira da Suframa e R\$ 155.000,00 a contrapartida da Sepror/AM.



WILSON PÉRICO*

Há 50 anos, os critérios adotados pelo Regime Militar de "integrar para não entregar", radicalizaram o papel e a dedicação quase missionária das Forças Armadas na Amazônia, orgulho da brasiliade e instituição mais respeitada e querida desta porção desconhecida pela absoluta maioria do povo brasileiro. Com sua presença, foram determinantes para a União conferir a contrapartida fiscal para uma ocupação estratégica e civilizatória em resposta à cobiça internacional. Entre os instrumentos táticos, tem destaque a substituição das importações e estímulo às desvantagens econômicas de uma região isolada e castigada por uma carga tributária uniforme, em relação aos centros desenvolvidos do país e abusiva para quem aqui viesse empreender. Assim surgiu a Zona Franca de Manaus.

Refazendo as contas, essa contrapartida fiscal de 8% de

toda a renúncia fiscal do Brasil, e compartilhada por Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e parte do Amapá, revelou-se o maior acerto de política fiscal da História da República na redução dos desequilíbrios regionais, agregação de valor na indústria de transformação e no mérito desempenho na proteção florestal. Este desempenho é o maior ativo climático do compromisso global assumido pelo Brasil em Paris, em 2015, ao manter quase intacta.

A União Europeia e a Organização Mundial do Comércio nos aplaudem e as empresas,

outrora cuidadosas em assumir sua presença na planta industrial do Amazonas, hoje se orgulham de associar sua marca a um projeto que harmoniza

geração de riqueza e emprego com proteção ambiental.

Nas próximas décadas, além de resguardar este patrimônio,

queremos fortalecer e expandir o desempenho climático da

floresta, apoiando atividades sob o critério da sustentabilidade, ou seja, atendimento das demandas sociais e reposição/fortalecimento dos estoques naturais. Tudo, isso, porém exige associar proteção florestal a um valor econômico. Por isso estamos mapeando e encaminhando parcerias acadêmicas, institucionais e de comunicação com outras regiões do país, não apenas para

contar o que fazemos e destacar as oportunidades e valor do PIB Verde, e trabalhar duro e em conjunto com o que temos

para recompor e reconduzir o país em sua vocação de modernidade e sustentabilidade civilizatória, como fizemos até aqui.

Temos orgulho de responder pela manutenção integral da Universidade do Estado do Amazonas, de repassar, através da Suframa, os recursos para a construção da Universidade Federal do Acre, de financiar a instalação do Centro de Biotecnologia

da Amazônia. Este CBA, entretanto, passadas quase duas décadas de sua inspiração e estruturação com avançados

e sofisticados laboratórios, não tem sequer CNPJ.

Iniciaremos este ano a formulação dos PPBs indutivos, são indicações de novos produtos eletroeletrônicos, de comunicação e informação, alternativas de transportes - drones - equipamentos do agronegócio, etc., todos previamente licenciados, com o apoio já assegurado, e maior protagonismo da governança estadual, para adensar a indústria do Amazonas, apenas 0,6% dos estabelecimentos industriais do Brasil. Precisamos, urgentemente, investir na ampliação das parcerias.

Para uma economia considerada o III PIB industrial do país, com apenas 0,6% dos estabelecimentos industriais, que recolhe mais de 54% da riqueza aqui produzida para os cofres federais, segundo pesquisas da USP, deveríamos ter mais respeito e contrapartida do poder central, com o pro-

vimento de infraestrutura de transportes, energia e comunicação. Só assim, podemos disponibilizar de modo competitivo a indústria da saúde integral e a bioeconomia que a humanidade demanda.

A demanda fitoterápica da medicina milenar das populações indígenas viabilizaria essa indústria, com agregação tecnológica, que se estende à dermocosmética, que pereniza a juventude juntamente com os alimentos funcionais, que nutrem e impedem câncer, Mal de Alzheimer, tuberculose etc. Já somos topo do ranking na produção de proteína de peixe, e temos nióbio, o tântalo, a silvinita, uma infinidade de minerais preciosos e estratégicos. Braços abertos, mangas arregaçadas, mãos à obra...

Wilson é economista, presidente do CIEAM, Centro da Indústria do Estado do Amazonas e vice-presidente da Technicolor para a América Latina.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

